

Intelectuais negros no pós abolição: associativismo negro em Florianópolis (1915 - 1925)

FÁBIO GARCIA
Mestrando em História pela
Universidade Estadual de Santa Catarina

O presente estudo tem por objetivo analisar a trajetória de intelectuais negros em Florianópolis, por meio de suas formas de associativismo político e cultural. Por outro lado, é o desenrolar de pesquisas, debates, simpósios, encontros entre estudiosos da temática étnico/racial, dos últimos quinze anos.

O meu encontro com o tema *intelectuais negros* surge tal qual uma seredipidade, ou seja, “aquela situação em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra, mas para a qual já tínhamos que estar, digamos, preparados” (GONÇALVES, 2006, p.9). Ora, ter encontrado por acaso o neto de João Rosa Júnior dentro de transporte público de Florianópolis, sem nunca tê-lo visto e, a partir de então compartilhar de uma pesquisa acadêmica que resultará em - *Negras Pretensão*³ -, trabalho de conclusão de curso na Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2006, compõe esta sucessão de eventos aleatórios muito mais significativos a *posteriori* que a *priori*.

Em *Negras pretensões* busquei apontar a fragilidade do discurso historiográfico catarinense comprometido em omitir e *invisibilizar* a produção e trajetórias de negros e negras no pós-abolição. Para tanto, analisei a inserção de jornalistas, intelectuais e músicos negros no cenário social e cultural de Florianópolis e Tijucas, no ano de 1915. Despontaram naquele contexto os nomes de Trajano Margarida (1889 – 1946) amanuense da Secretária do Interior do Estado de Santa Catarina, professor, jornalista, educador, autor de diversas obras literárias e membro fundador de entidades cívicas e literárias; Ildefonso Juvenal (1894-1695) oficial da Força Pública, farmacêutico, jornalista, teatrólogo, participando da fundação de entidades cívicas e literárias, sendo autor de dezesseis livros.

Por meio do paradigma indiciário, identifiquei nos jornais o desenvolvimento de atividades literárias como o jornal Folha Rosea, abrigo de poetas pobres e negros; a criação da Associação dos Homens de Cor e; denúncias de práticas de preconceito racial

e racismo. Ao final de *Negras pretensões*, aguicei ainda mais meu interesse pelo tema. Fiquei curioso em entender como se formara um grupo de intelectuais negros? quais eram suas aspirações? quais foram suas estratégias de organização social no pós-abolição? Creio que resida na resposta a estas questões os subsídios para superar a visão de abrandamento social, desorganização da população negra e carência de referenciais positivos apregoada pela historiografia oficial de Santa Catarina. Superação esta alvo de leis municipais e federal, è exemplo da 10.639/03 e da 11.645/08.

O movimento político pela conquista da cidadania, por meio das políticas de ações afirmativas, no Brasil tem sua historicidade. A partir da contribuição teórica/metodológica da História do Tempo Presente, pode-se fazer uma correlação entre as atuais políticas afirmativas e as estratégias de mobilidades social estabelecido pela população negra no início do século XX, cujo conteúdo político era superar as estruturas culturais herdadas do sistema escravocrata.

Pós-abolição: uma questão do Tempo Presente

Minha reflexão e análise das fontes documentais parte do questionamento feito por Hebe Mattos em *Memórias do cativo*, quanto ao paradigma da “herança da escravidão”. Tal paradigma implica em considerar que “as relações raciais e a situação do negro (*econômica, política, educacional e psicológica- grifo nosso*) no pós-escravidão eram fruto, mais ou menos direto, da herança da escravidão” (MATTOS, 2005, p.20). Em certa medida, o argumento da “herança da escravidão” se conecta a historiografia oficial brasileira, quando esta buscou omitir a presença de negros e negras no período republicano. Dito de outra maneira, se a condição contemporânea de desigualdade racial no Brasil é decorrente do processo abolicionista é de se pensar que “realmente os negros não constituíram patrimônio simbólico, cultural e material no decorrer da história brasileira”, sobretudo durante o período posterior a escravidão.

A historiografia catarinense produzida entre os 1960, 1970, 1980 buscou “engessar” o negro à condição de cativo, correlacionado a um misto de indolência e acomodação frente aos castigos físicos e a privação de liberdade, o clássico clichê do negro *Pai João*.

Esta abordagem teve início com o estudo dos sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, ligados na época ao grupo de sociologia paulista

coordenado pelos professores Florestan Fernandes e Roger Bastide. Surge daí os alicerces da “pretensa irrelevância” da participação negra na capital catarinense. Segundo Cardoso “em Florianópolis não houve, pois, condições para que se desenvolvesse nenhum movimento que pretendesse reagir contra a discriminação racial, e que pudesse, dessa forma, interferir criticamente nas auto-avaliações dos negros” (CARDOSO, 2000, p.188). A conclusão averbada pelo pesquisador longe de ser uma fala individual tornou-se um paradigma teórico e metodológico dos estudos posteriores.

Em estudos da década de 1970, estes argumentos são novamente retomados quando intelectuais vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico – IHGSC promovem análises relativas ao modo de produção escravista e às formas de organização das populações afrodescendentes. Dentre a produção dos membros do IHGSC, destacam-se os trabalhos de Cabral e Piazza. Nestes trabalhos, a tônica predominante é a do negro coadjuvante da História, limitado em sua condição escrava, numa posição de passividade diante do sistema e das relações pessoais de opressão, possibilitando a Cabral afirmar que, pelo reduzido número de escravos existentes em Santa Catarina, houve um abrandamento das relações senhor/escravo.

As idéias de abrandamento senhorial, inexistência de movimentos contrários à discriminação racial, aliadas à crença de que após a escravidão a população negra esteve totalmente alijada dos espaços de educação formal, compõem um conjunto de sofismas, argumentos que, por muito tempo, inibiram aprofundamentos sobre o tema. Para Leite, “esses mitos beiram a ingenuidade, o simplismo, mas muitas vezes por trás deles se esconde uma justificativa para o esquecimento, para a aceitação da desigualdade, ou para a afirmação da suposta democracia racial” (LEITE, 1996, p.18).

Contudo, analisando as fontes do período, pós-abolição, iremos encontrar numerosos casos de afro-descendentes ocupando espaços de destaque no cenário nacional e regional. Para respondermos a estas e a outras questões partiremos da observação e análise dos fatos, concretos, específicos, para chegarmos à conclusão.

A observação dos rastros, indícios, “pegadas” como ensina Voltaire, constitui-se no método Zadig. Para além de apenas oferecer um conjunto instrumental, o método Zadig é também uma tomada de posição a respeito do objetivo do esforço de produção do conhecimento.

Os jornais do período dão conta da organização de entidades negras à exemplo da Associação dos Homens de Cor, de 1915, e do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, de 1920. De associações literárias voltadas a poetas negros, brancos e mulheres (Centro Catarinense de letras de 1925). Compõe este acervo discursos, poemas, denúncia de preconceito racial e racismo em Florianópolis, notas sociais (aniversários, bailes, reuniões, lançamento de livros, palestras), atividades político-culturais envolvendo os intelectuais negros. Serão analisados os jornais de Florianópolis entre os anos de 1915 a 1930, disponíveis na Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Nos ofícios emitidos pela diretoria do Centro Cívico José Boiteux a políticos do período, encontramos comunicados relativos à fundação do centro, posse de diretorias, solicitações de tratamento hospitalar, comunicação da fundação da escola noturna de alfabetização, apoio político ao Governador Hercílio Luz, na campanha de 1922, solicitação da presença da Banda da Força pública em atos fúnebres. Ao todo foram identificados sete ofícios. Já nos documentos da família de Ildefonso Juvenal temos fotografias, planta baixa da antiga residência da família, localizada na rua Bocaiúva – centro de Florianópolis, correspondência com instituições literárias do Rio Grande do Sul e do Paraná, ofícios de nomeações a cargos militares e civis (amanuense da Biblioteca Pública do Estado, promoções no quadro da Força Pública), caderno com recordes de artigos de jornais feitos de cunho próprio por Ildefonso Juvenal.

Soma-se a este conjunto, as obras literárias de Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, João Rosa Júnior, Demerval Cordeiro, Antonieta de Barros disponíveis na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina – BU/UFSC, setor de obras raras.

Experiências negras no pós-abolição

Em Santa Catarina não se pode menosprezar as trajetória de Abdon Batista, Cruz e Souza, Manoel Ferreira de Miranda, Antonieta de Barros, Leonor de Barros, Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, João Rosa Júnior dentre tantos outros. Diante das evidências podemos levantar a hipótese que houve, nesta época, um grupo intelectual negro em Santa Catarina e no Brasil.

Em *Negros e política* de Flávio Gomes, percebemos as diferentes estratégias utilizadas por grupos negros, no sentido de se inserir socialmente e de projetar a sociedade vivida. Parafraseando o autor “Para a população negra não era apenas uma

aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo” (GOMES, 2005, p.12). Tendo isso em vista, não surpreende encontrar tantos jornais voltados a “causa negra” seja no apagar das luzes do século XIX, seja no amanhecer do século XX. Isso sem citar as entidades recreativas, os centros cívicos, as irmandades, as associações literárias e políticas que brotavam nos mais recônditos municípios brasileiros. Podemos citar ainda a trajetória dos educadores negros.

Jerry Dávila em *Diploma de brancura* busca compreender o progressivo desaparecimento das educadoras negras nas fotografias de formatura após a década de 1930. Segundo o autor, foi em reflexo da adoção de novas leis e a exigência de enxoval que as mulheres negras deixam de exercer o magistério.

Houve, ainda, os casos de políticos negros, como no exemplo apresentado por Oracy Nogueira, do médico Alfredo Casemiro da Rocha, eleito prefeito, deputado e Senador representando o município de Cunha, interior de São Paulo. Formado pela Universidade de Medicina da Bahia sua trajetória se assemelha a de Abdon Batista, eleito deputado e vice-governador de Santa Catarina, pelo município de Joinville. Estes exemplos longe de serem casos isolados evidenciam vivências, expectativas, trajetórias individuais e coletivas da população negra dentro de um contexto urbano e republicano. Para Tannenbau, citado por Mattos, “o papel do direito e da cidadania são questões centrais para a análise das relações raciais nas sociedades pós emancipação”(MATTOS, 2005, p.29). Compreender os negros enquanto *sujeito* histórico tem sido alvo da História Social nos últimos trinta anos, conectando-se, assim, a perspectiva da História do Tempo Presente.

Neste trabalho, propomos pensar o *negro* enquanto *espaço político* frente à luta por cidadania e de enfrentamento ao racismo. Está posição encontra seu fundamento na abordagem afrocentrada que se caracteriza ao “se projetar como modelo de agência intercultural em que existe o pluralismo sem hierarquia e concede-se livremente o respeito às origens, realizações e potenciais” (LARKIN, 2003, p. 96). Outrossim, muito contribui o multiculturalismo, enquanto área do conhecimento ao lançar novas abordagens teórico/metodológicos para se analisar as trajetórias das populações afro-descendentes, ao longo do século XX. Primeiro porque podemos pensar o multiculturalismo enquanto uma “política de reconhecimento”, ou seja, a urgência de se valorizar as culturas africanas, assim como as culturas de diáspora.

Neste sentido, na ânsia de contribuir com os estudos do pós-abolição compartilhamos da ideia de *justa memória* defendida por Paul Ricoeur, tema de suma importância para a questão do Tempo Presente.

Intelectuais negros em Florianópolis: um campo em construção e disputa

Neste tópico visamos analisar a trajetória dos intelectuais negros em Florianópolis, por meio de sua atuação política. Os documentos apontam para uma cultura política entre estratos da comunidade negra e a elite política de Santa Catarina. Temas como educação, cidadania e participação política são problematizados e enfrentados pelos *sujeitos* pesquisados, por meio de artigos publicados em jornais, revistas e livros.

Para Michel Foucault, citado por Albuquerque, a história se “caracteriza por um saber pensado como jogo, pois ela implica a brincadeira com as máscaras, a violência do embate e do combate, a entrada em cena do acaso e da sorte (...)” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 92).

Pelos registros percebemos que Trajano Margarida, Ildefonso Juvenal e Antonieta de Barros serão ao mesmo tempo educadores, jornalistas, escritores e porta-voz dos anseios das comunidades negras. Isso tudo permeado pelos códigos morais e éticos da época. Suas trajetórias de vida serviam de exemplo da capacidade de desenvolvimento intelectual e econômico entre os negros.

As ações dos intelectuais negros não estavam dissociadas do debate transnacional que cercava essa seara. Os jornais, exclusivos ou não à população negra, serão o principal meio de contato com outras realidades sociais, seja nas vivências dos negros gaúchos, seja dos negros paulistas. Afloram neste período diversos jornais negros tais como *A Redenção*, *O Exemplo*, *O Clarim D’Alvorada* (GOMES, 2005, p.43).

Suas obras indicam qual era o referencial teórico desse grupo. Entre os estrangeiros identificamos William Shakespeare, (inglês) Guy de Maupassant (francês), Joaquim Teófilo Fernandes Braga (português), Giuseppe Fortunino Francesco Verdi (italianos), o escritor Dante Alighieri (italiano) e conhecimento de história grega.

Entre as táticas e estratégias desenvolvidas na construção identitária negra estava a educação, baseada na alfabetização e em posturas urbanas, na tomada de consciência de seus direitos, possibilitando-o superar os infortúnios diários; e em ações conjuntas no

sentido de qualificar suas atuações políticas seja nas campanhas eleitorais, seja em prol de questões outras.

O Centro Cívico Recreativo José Boiteux

O reconhecimento da extinção da escravidão no Brasil, em 1888, possibilitou novas formas de organizações negras, entre elas destacamos os clubes negros. Variados quanto a forma encontra-se os recreativos, cívicos, literários, musicais, teatrais e os religiosos. Todavia, em todos se tem a preocupação em orientar atitudes e comportamentos sociais visando o empoderamento econômico e político no cenário republicano.

Na linha de frente da associação encontraremos jovens negros envolvidos na transformação política e cultural da capital catarinense. Primeiramente, trataram de organizar uma entidade bem localizada e com boa infra-estrutura. O imóvel alugado para sede do Centro era de propriedade do professor do curso de Farmácia no Instituto Politécnico de Santa Catarina Henrique Bruguemman, atuava também como empresário no ramo de produtos farmacêuticos, sua loja localizava-se na tradicional rua João Pinto no número 7. Em seguida, elaborou-se o projeto político, cultural e educacional que aglutina-se diferentes segmentos da população negra. Aliados ao programa do Centro estavam funcionários públicos, militares, estivadores, domésticas, carpinteiros, alfaiates, barbeiros, pintores e marítimos. Profissões há muito exercidas pela comunidade negra, cujas práticas eram agora pensadas como estratégias de ascensão e mobilidade social. Prática similar a realizada pelos negros no Rio Grande do Sul, quando na formação do clube Floresta Aurora em 1885.

As atividades do Centro estavam subordinadas ao Estatuto que estabelecia como de interesse social, o acesso de seus membros em: a) comemorar as datas nacionais; b) ter ensino educacional primário (alfabetização); c) leitura de bons livros, jornais e revistas; d) desenvolverem suas aptidões teatrais; e) espaços para reuniões dançantes e; f) Erguer um monumento a Cruz e Sousa.

- a) Durante nossa pesquisa verificou-se que entre os dias cívicos apenas o 13 de maio era comemorado periodicamente. Consta ainda a menção de uma atividade em prol do Sete de setembro, dia da Independência;

- b) A educação voltada a alfabetização já era um tema que chamava a atenção de Ildefonso, nos anos de 1918. Quando na fundação do centro observamos a imediata preocupação em criar condições materiais para ensinar as primeiras letras aos associados. É publicado dessa forma, em 08 de maio de 1920, o início das matrículas do curso noturno de alfabetização *Cruz e Sousa*, voltado tanto aos sócios como as demais pessoas que tivesse interesse e necessidade. O curso era dividido em três anos: o primeiro e o terceiro sob a responsabilidade de Trajano Margarida e o segundo a cargo de Ildefonso Juvenal. As aulas eram ministradas diariamente das 18h às 20h. No ano de 1921, constavam 35 alunos matriculados;
- c) Para criarem hábitos de leitura aos associados, fora instalado numa das dependências do Centro, uma sala denominada **Celso Bayma**. A criação da sala de leitura ocorreu no ano de 1921, com grande propaganda para arrecadação de livros. Diversos políticos atenderam ao pedido e encaminharam à diretoria inúmeros títulos nacionais e internacionais. Dentre os doadores encontrava-se: Celso Bayma, José Arthur Boiteux, Nicolau Nagib Nahas, Adolfo Konder e João Jacques Boiteux;
- d) Sobre a encenação de peças teatrais só encontramos uma referência a este respeito, no jornal *A República* de junho de 1920. A apresentação tinha por objetivo arrecadar recursos financeiros a para a construção da herma de Cruz e Sousa, não encontramos dados que possibilita-se identificar o teatro, a data de apresentação, ou de maiores informações que atestassem a realização do evento. No entanto, a nota evidência ao menos, a possibilidade de que o autor da peça tenha sido Ildefonso Juvenal que no ano de 1918, havia publicado suas peças teatrais no livro *Painéis*, editado pela editora A Phenix;
- e) Eram realizadas no **Salão de Festa**, os bailes e comemorações entre os associados. De fevereiro de 1920 a dezembro de 1922, foram noticiados pela imprensa doze festas sociais. Os motivos eram também variados: inaugurações de retratos, comemoração do 13 de maio, aniversários de diretores, a passagem do Natal e recepções à políticos ou delegações de outras entidades cívicas, algumas delas de propriedade negra. Registra-se ainda a participação de bandas musicais em diversos eventos organizados pelo Centro, sendo a banda da Força Pública a que teve maior presença nos anos compreendidos entre 1920-21;

- f) Data de 1916 a primeira menção em erguer uma herma de Cruz e Sousa. Porém, o empreendimento só começou a ganhar consistência a partir da criação do Centro em 1920. Durante três anos diversas atividades culturais foram organizadas pela comissão responsável, com vistas à arrecadação de fundos. A herma de Cruz e Sousa foi inaugurada em sete de abril de 1923, na praça *Benjamim Constant*.

Em suma, os espaços jornalísticos foram, dentro do período estudado, os espaços por excelência para o debate de ideias e formação de antagonismos no campo literário, político e social. Contrariando análises óbvias os intelectuais negros não ficaram à margem do seu momento histórico.

Das evidências aqui trabalhadas podemos considerar que a premissa de “irrelevância social do negro” como atestou Cardoso não se sustenta por si só. Podemos considerar ainda uma dimensão de ação cultural, que interligava os literatos do sul do Brasil. Neste aspecto ressalta-se as análises dos periódicos da época, enquanto valiosas fontes documentais ao pesquisador. Historicizar a produção feita pelos intelectuais negros no pós-abolição assim como a literatura podem suscitar novas perspectivas de pesquisa em Santa Catarina e no Brasil.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História**. Bauru: ed. Edusc, 2007.
- ANDRADE, Djanira Maria Martins. **O escravo Marcus Manoel Vieira e o Santuário do Bom Jesus da Santa Cruz**. Prefeitura Municipal de São José, 1988.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1986.
- BURKE, Peter. **Varietades de história cultural**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **A música em Santa Catarina no século XIX**. 1951
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: ed. Insular, 2000

- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. Rio de Janeiro: ed. Companhia das Letras, 1990.
- CORRÊA, Carlos Humberto Pereira. org. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.
- _____. **História da cultura Catarinense: o Estado e as idéias**. Florianópolis: ed. UFSC/Diário Catarinense, 1997.
- DÁVILLA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: UNESP, 2006
- GARCIA, Fábio. **Negras pretensões: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX**. São José: ed. Ilha Mágica, 2007.
- GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: ed. ZAHAR, 2005
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Manoel Querino e a formação do ‘pensamento negro’ no Brasil, entre 1890 e 1920**. Comunicação apresentada no 28º Encontro Nacional da ANPOCS, em Caxambu, outubro de 2004.
- LARKIN, Elisa do Nascimento. **O sortilégio da cor. identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: ed. Selo Negro, 2003.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: ed. Letras Contemporâneas, 1996.
- LEUCHTENBERGER, Rafaela. **Liga Operária Beneficente de Florianópolis e União Beneficente Recreativa Operária: uma história de mutualismo e resistência**.
Monografia (Graduação História) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- NOGUEIRA, Oracy. **Negro político, político negro: a vida do Doutor Alfredo Casemiro da Rocha, Parlamentar da “República Velha”**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: ed. Autêntica, 2003.
- PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC, 1975.
- _____. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: ed. Lurnadelli, 1979.
2v.

RIBEIRO, Darcy. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1986.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **“Lá vem o dia a dia, lá vem a Virge Maria. Agora e na hora de nossa morte” a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (186-1880)**. Itajaí: Casa Aberta, 2008

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALENTIM, Lairton. **Joinville, seus médicos e sua história**. Florianópolis: EDUFSC, 1997.